

saúde seminário mortalidade materna no brasil

Desigualdade racial agrava números de mortalidade materna no Brasil

De 2017 a 2022, taxa de mulheres negras mortas foi quase duas vezes a de brancas e pardas

SAÚDE PÚBLICA

Lucas Leite

SÃO PAULO A taxa de mortalidade materna continua preocupante para saúde pública do Brasil. Estudos também revelam que desigualdades raciais aprofundam o problema.

Esse foi um dos assuntos debatidos na mesa Mortalidade com cor, do seminário Mortalidade Materna no Brasil, transmitido ao vivo, nesta terça-feira (20), pelo canal da **Folha** no YouTube.

O evento, promovido pelo jornal em parceria com o Pulitzer Center, teve duas mesas, com a condução da jornalista Cláudia Collucci, repórter especial.

A mortalidade materna pode ser causada por problemas como hipertensão, hemorragias, infecções, falta de acompanhamento pré-natal, resistência à vacinação, entre outras complicações durante a gravidez, o parto ou no pós-parto.

Uma pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) apontou que mulheres pretas enfrentam quase o dobro do risco de mortes em comparação com mulheres brancas e pardas. Segundo dados do Ministério da Saúde, a população negra tem os piores índices gerais de saúde, que incluem as maiores taxas de mortalidade materna e infantil.

“No Brasil, nós percebemos que as principais causas são evitáveis”, afirma Débora Santos, professora e coautora do estudo. “Essas elevadas taxas não são ligadas às questões de idade ou do óbito em si, mas sim às questões sociais, em especial a racial.”

De acordo com o estudo, publicado na Revista de Sa-



Em sentido horário, do alto à esq., Cláudia Collucci, Débora Santos, Graciane dos Santos e Luís Eduardo Batista Reprodução/TV Folha

úde Pública em junho, a taxa de mortalidade materna de mulheres negras entre 2017 e 2022 foi de 125,8 por 100 mil nascidos vivos, contra 64 por 100 mil para mulheres brancas e pardas. Em todas as regiões do país e faixas etárias, a cor de pele preta é um fator chave da mortalidade.

“Quando citamos a questão racial, tem a violência obstétrica, do racismo institucional. Se o racismo é estrutural e permeia as relações cotidianas, as instituições reproduzem um sistema que já ocorre o tempo todo no dia a dia dessas mulheres”, afirma Débora.

O assessor-chefe para equidade racial do Ministério da Saúde, Luís Eduardo Batista,

explica que a formação educacional dos profissionais da área é importante para o combate das desigualdades raciais. “Nós temos poucos cursos dentro das universidades que incluem a temática étnico-racial”, disse.

“Se o processo de formação dos nossos profissionais não mudar, eles continuarão reproduzindo as mesmas coisas. Com isso, não vamos conseguir chegar à redução da mortalidade materna até 2030”, afirma Batista.

Outro problema é a falta de informação e dados sobre a cor da mãe. O assessor do Ministério da Saúde afirmou que estão sendo implementadas ações nesse senti-

do. “No ano passado, [o Ministério] retirou o campo ‘ignorado’ dos sistemas de informação do SUS para que os profissionais de saúde tenham que preencher corretamente as informações. Essas ações parecem simples, mas dão uma mudança imensa.”

Com o início da pandemia de Covid-19, as taxas de mortalidade materna no Brasil aumentaram em 2020 e 2021 (depois recuaram em 2022).

Gestantes e puérperas voltaram a morrer por causas evitáveis como infecções e hipertensão.

Um dos casos desse período de pandemia foi o da esposa do enfermeiro Graciane Santos, de Boa Vista (RR). Almiza

Prado tinha problemas cardíacos e foi diagnosticada com Covid em 2021. Com a piora do quadro clínico, a técnica de enfermagem foi submetida a uma cesárea de emergência, antes de completar seis meses de gestação.

Após 36 dias na UTI (Unidade de Terapia Intensiva), Almiza morreu no Hospital Geral de Roraima. “Você tem uma pessoa que ajuda em tudo e, de repente, você se vê sem essa pessoa. Eu lembro das noites que eu passei quando meus filhos perguntavam quando a mãe iria voltar para casa”, afirma Graciane.

Pai de cinco filhos, a história de Graciane e sua família foi retratada na reportagem e

“O racismo está atravessando as nossas vidas

Débora Santos
professora e coautora da pesquisa da Unicamp

“Estamos falando de crianças e adolescentes que crescem sem poder conviver com a mãe

Luís Eduardo Batista
assessor chefe para equidade racial em saúde do Ministério da Saúde

“Quando ela se foi, ficou um buraco gigantesco [sobre a mulher, morta depois de cesárea]

Graciane Santos
enfermeiro

documentário da TV Folha sobre a epidemia de mortes maternas na região Norte.

A região apresenta a maior taxa de mortalidade materna de mulheres pretas, atingindo 186 mortes por 100 mil nascidos vivos.

Mesmo cuidando dos filhos pequenos, o enfermeiro relata enfrentar preconceito devido a essa responsabilidade. “Nunca sofri tanto preconceito e discriminação. Ninguém tem que opinar sobre o que é bom para mim e para os meus filhos. Eu tento dar uma boa educação para eles.”

ASSISTA À PRIMEIRA MESA DO SEMINÁRIO
folha.com/djz8uxp

Especialistas defendem dar informação a meninas estupradas

Anne Meire Ribeiro

SALVADOR Acesso ao aborto legal, violência sexual e desafios enfrentados por meninas que engravidam no Brasil foram discutidos na mesa Estupro, vulnerabilidade e ausência de direitos, dentro do seminário Mortalidade Materna no Brasil, promovido pela **Folha** na terça-feira (20).

O evento, em parceria com o Pulitzer Center, teve a mediação da repórter especial Cláudia Collucci.

“Durante o tempo desse seminário, dez mulheres serão estupradas e quase 90% dessas vítimas são meninas”, afirmou Daniela Pedrosa, psicóloga e mestre em saúde materno-infantil.

Segundo dados do 18º Anuário de Segurança Pública, em 2023, a cada seis minutos uma pessoa foi estuprada no Brasil. As vítimas são meninas (88,2%), negras (52,2%), de no máximo 13 anos (61,6%). A maior parte dos casos (61,7%) ocorreu dentro da casa da vítima, e o agressor era um familiar ou conhecido (84,7%).

Um dos focos do debate foi o estudo “Gravidez em meninas menores de 14 anos: análise espacial no Brasil”, publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva*. De acordo com o artigo, de 2011 a 2021 foram 107.876 bebês nascidos vivos de meninas de 10 a 14 anos.

Dessas meninas, 20,7% eram casadas ou estavam em união estável, e 5% já tinham tido pelo menos outra gestação.

Segundo Deborah Malta, professora de enfermagem materno-infantil e saúde pú-



Em sentido horário, a partir do alto à esq., Cláudia Collucci, Deborah Malta, Helena Paro e Daniela Pedrosa Reprodução/TV Folha

blica da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e uma das autoras da pesquisa, “na maioria das vezes a violência sexual é praticada por conhecidos ou familiares e muitas vezes as famílias consentiam e forjavam algum tipo de união estável ou casamento formal para que não houvesse punição para o estupro.”

No Código Penal brasileiro, qualquer relação sexual com menores de 14 anos é considerada estupro de vulnerável. Nesse cenário, acesso à informação para comparar me-

nas violentadas também é um déficit no país.

“Mesmo que as crianças e adolescentes sejam acolhidas por profissionais de saúde que saibam do direito do aborto legal, elas são deixadas pelo Estado”, disse Helena Paro, ginecologista e obstetra e professora da Faculdade de Medicina da UFU (Universidade Federal de Uberlândia). “Elas são silenciadas cronicamente pela ausência total de políticas públicas de saúde que possam referenciar corretamente essas vítimas.”

Para Daniela Pedrosa, “muitas vezes as meninas não têm mecanismos para nomear um abuso sexual”. A psicóloga afirmou ter atendido mais de 12 mil casos em 26 anos de experiência. “Lembro que as meninas que chegavam tardiamente, justamente as mais jovens, não só demoravam para saber que estavam grávidas como demoravam para saber que o ocorrido tinha sido uma violência sexual”, disse.

Helena Paro destacou que a maioria das gravidezes em crianças são descobertas em

estágio mais avançado, depois de 20 ou 22 semanas. As dificuldades no aborto legal, disse, não impedem o procedimento, que é trocado por abortos clandestinos.

Segundo estimativa trazida pela médica, há 800 mil estupro por ano no Brasil, o que deveria resultar em 40 mil abortos legais por violência sexual. No entanto, são realizados cerca de 3.000 abortos legais anuais no país.

VEJA O SEGUNDO PAINEL
folha.com/5a0v49hu

“Muitas vezes as meninas não têm mecanismos para nomear um abuso sexual

Daniela Pedrosa
psicóloga

“Os números refletem desconhecimento da população e dos profissionais de saúde sobre o aborto legal

Helena Paro
ginecologista e obstetra

“Na maioria das vezes a violência sexual é praticada por conhecidos ou familiares

Deborah Malta
professora de enfermagem